

A pesquisa em políticas educacionais e sua evolução nos programas de Pós-graduação no Brasil

Sínteses de um percurso coletivo

Antonia Almeida Silva¹

RESUMO: Este estudo apresenta algumas sínteses extraídas de uma pesquisa que tematizou a produção acadêmica em políticas educacionais no Brasil, no período de 2000 a 2010. A pesquisa tomou como objeto teses e dissertações defendidas em 21 programas de pós-graduação em educação que alcançaram nota igual ou superior a cinco na avaliação trienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), consolidada no ano de 2009. Por meio do banco de dados gerado pela pesquisa foi possível traçar um panorama das produções em políticas educacionais, o qual abre possibilidades de novas incursões em torno da constituição da área, revelando seus possíveis avanços e lacunas.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa; Políticas educacionais; Pós-Graduação

ABSTRACT: This study presents the synthesis of a research on academic studies on educational policies in Brazil, from 2000 to 2010. The research's object were Doctorate theses and Master dissertations in 21 graduate programs in education with a five or higher score in the triennial evaluation by Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), consolidated in 2009. The database generated by the research enabled an overview of the national production on educational policies, revealing potential progress and gaps, as well as evidencing possibilities for innovative research on the area's constitution.

KEYWORDS: research; educational politics; postgraduate studies

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Agência de fomento: CNPq. E-mail: antoniasilva@gmail.com

Situando a pesquisa

No ano de 2011 foi submetido ao CNPq e aprovado o projeto de pesquisa que propunha a problematização da produção acadêmica em políticas educacionais no Brasil no período de 2000 a 2010, a qual, em diálogo com os diagnósticos de escassa acumulação da área de políticas públicas, inclusive em políticas educacionais, trouxe como questão estruturante da pesquisa a seguinte formulação: quais os elementos constitutivos das análises em políticas educacionais e suas interfaces com o diagnóstico da escassa acumulação de conhecimento na área? Com esta pergunta, assumimos como desafios identificar e qualificar as características da produção em políticas educacionais no período 2000-2010, confrontando-a ao debate mais amplo sobre a produção em políticas públicas. Hoje, findado o projeto, proponho-me a trazer neste artigo alguns dados e sínteses produzidos por meio dessa experiência de investigação que reuniu nove pesquisadoras de cinco instituições diferentes².

A pesquisa tomou como objeto teses e dissertações defendidas em 21 programas de pós-graduação em educação que lograram nota igual ou superior a cinco na avaliação trienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), consolidada no ano de 2009. Portanto, o estudo, de natureza quantitativa, tomou como *corpus*³ teses e dissertações produzidas nos seguintes programas de pós-graduação: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de São Carlos (UFScar), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Universidade de São Paulo (USP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Estadual Paulista (Unesp-Marília), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep) e Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Dos 21 programas selecionados, dois estavam vinculados à UFScar – Educação Especial (Educação do indivíduo Especial) e Educação –, totalizando, portanto, 20 instituições, e neste universo não foram encontrados trabalhos sobre políticas educacionais no programa de pós-graduação da PUC-SP, cuja área de concentração é Psicologia da Educação.

² Refiro-me às professoras Elisângela Alves da Silva Scaff (UFGD), Hérica Karla Alencar de Medeiros Wel-len, Isabel Melero Bello (UNIFESP), Márcia Aparecida Jacomini (UNIFESP), Maria Angélica Pedra Minhoto ((UNIFESP), Marieta Gouvêa de Oliveira Penna (UNIFESP), Mirna Ribeiro Lima da Silva (IFBaiano), Valde-laine da Rosa Mendes (UFPEL), as quais situam-se como colaboradoras da produção aqui apresentada.

³ Os dados que caracterizam a pesquisa têm sido apresentados em outras publicações como parte da contextualização das análises. Os enfoques temáticos dos textos, todavia, tem variado, o que justifica a sua divulgação em diferentes de veículos como anais de eventos, artigos e capítulos de livros (estes dois últimos no prelo até a presente data).

Foram estabelecidos nove eixos para coleta dos trabalhos e a busca foi realizada articulando três critérios: ano, palavras-chave referentes aos eixos e instituição. Abaixo apresentamos os eixos que organizaram a coleta de dados e as respectivas palavras-chave utilizadas para essa coleta:

- Eixo 1:** Organização da educação, planejamento da educação, administração da educação, gestão da educação. Neste eixo foram classificados os trabalhos relacionados a: estrutura da educação, análise dos sistemas educacionais, municipalização da gestão e do ensino e organização do ensino, atentando-se para as interfaces das produções deste grupo com o eixo 4 (reformas educacionais e políticas educacionais);
- Eixo 2:** Avaliação em larga escala e avaliação institucional. Neste eixo foram classificados os trabalhos relacionados a: avaliação educacional, avaliação da educação, avaliação na educação, avaliação em educação, avaliação externa, avaliação institucional, avaliação em larga escala, exame nacional, Saeb, Prova Brasil, Provinha Brasil, resultados de avaliações de sistemas, os efeitos das avaliações de larga escala, as concepções de avaliação de sistemas, avaliação institucional, avaliações externas realizadas pelos estados ou municípios;
- Eixo 3:** Qualidade da educação, qualidade de ensino. Aqui foram incluídos os trabalhos que discutem o conceito de qualidade na educação, sucesso escolar e fracasso escolar na perspectiva das políticas educacionais e sociais. Assim como nos demais eixos, deve-se atentar para as possíveis interfaces entre os trabalhos deste eixo e a produção relacionada com avaliação de larga escala.
- Eixo 4:** Reformas educacionais, neoliberalismo na educação, terceiro setor e organizações sociais na educação, Estado e reformas educacionais, análise e avaliação de políticas educacionais. Incluem-se neste grupo os trabalhos relacionados à história das reformas, legislação, conselhos de educação, políticas educacionais, produção em políticas educacionais, análise de políticas, avaliação de políticas, avaliação política da educação;
- Eixo 5:** Políticas de Formação de professores, carreira docente. Foram classificados aqui os trabalhos relacionados à remuneração docente, piso salarial do magistério, salário do professor, EAD como política de formação de professores, incluindo o uso de tecnologias na formação;
- Eixo 6:** Financiamento da educação, controle social do financiamento da educação. Vieram para este grupo as produções relacionadas a gasto público e educação, Fundef, Fundeb, recursos públicos, Conselho de Acompanhamento, Controle Social do Fundeb, Conselho de Acompanhamento do Fundef;
- Eixo 7:** Abordagens teórico-metodológicas em pesquisas sobre políticas educacionais. Abrange os trabalhos relacionados à produção de conhecimento no campo das políticas (estado da arte), estudos que pensam as categorias

metodológicas e teóricas das investigações em educação, bem como o campo de políticas educacionais e a produção na área;

Eixo 8: Análise e avaliação de Programas e projetos no campo educacional. Foram incluídas as produções relacionadas a temas tais como: PNLD, REUNI, bolsa escola e seus efeitos para a permanência e acesso dos beneficiários;

Eixo 9: Políticas inclusivas. Neste eixo foram classificados os trabalhos relacionados a políticas afirmativa, cotas, educação indígena, minorias, ciganos e negros.

Como se pode notar, as pesquisadoras envolvidas no trabalho entenderam que o corpus deveria ser classificado transversalmente e, portanto, não partimos dos níveis e modalidades que organizam a educação nacional, optando por valorizar os temas. Cabe ainda notar que esta classificação em eixos não está isenta dos aspectos subjetivos que envolvem o trabalho do pesquisador, neste caso, das pesquisadoras, tais como a visão de educação, sua relação com o tema e seus interesses de pesquisa. Face a isso, a classificação constitui um movimento arriscado e que está longe de se pretender como um modelo de consenso. Logo, chamar a atenção para as interfaces entre os eixos está ligado ao reconhecimento de que há possibilidade de vieses nesse exercício, especialmente quando se trata de um trabalho coletivo de classificação em que cada uma das pesquisadoras teve/precisa ter autonomia para organizar os achados.

Os dados foram coletados no Banco de Teses da Capes, no ano de 2012. Uma vez definidos os eixos e seus descritores, foram produzidas planilhas temáticas contendo informações tais como: autor, orientador, instituição, linha de pesquisa, título, palavras-chave, resumo, natureza (tese ou dissertação), ano de defesa, tema específico, local que se constituiu como objeto de estudo (país, região, estado, cidade), tipo de pesquisa, instrumentos de coleta de dados, questão e objetivos da pesquisa, bem como resultados. A coleta e classificação geral dos trabalhos foi finalizada em maio de 2013 e consubstanciada numa planilha de registro das informações obtidas através dos resumos. Não obstante, a revisão final desse produto e a consolidação dos dados da pesquisa exigiu um tempo maior de revisão e ajustes, o que só foi finalizado em janeiro de 2015. A planilha síntese de dados está em vias de ser disponibilizada para consulta e exploração dos pesquisadores da área, através do acesso aos sites das instituições de origem das pesquisadoras.

Todo esse processo foi consensuado por meio de avaliações ao longo do percurso da pesquisa, seja em discussões em rede (Skype, e-mail) ou reuniões presenciais da equipe, uma em cada ano de vigência do projeto (2012, 2013 e 2014). Algumas das sínteses trazidas aqui, portanto, são fruto da experiência do trabalho coletivo, o qual foi um diferencial para a realização desta pesquisa.

Sínteses dos resultados da pesquisa

Foram coletados 1.283 trabalhos⁴, sendo 851 dissertações de mestrado e 432 teses de doutorado, os quais foram organizados nos nove eixos temáticos apresentados. O banco de dados gerado pela pesquisa possibilitou-nos traçar um panorama das produções em políticas educacionais, o qual abre possibilidades de incursões novas em torno da constituição da área e de sua contribuição para o enfrentamento dos problemas educacionais contemporâneos. O estudo, de natureza qualitativa, procura explorar, portanto, as características dos programas de pós-graduação, bem como os repertórios temáticos que vêm mobilizando pesquisadores da área de políticas educacionais.

Sobre as características dos programas de pós-graduação diria, de forma sintética, que o cenário da década de 2000 permaneceu praticamente inalterado em relação ao período anterior, a despeito da ampliação do número de cursos. Notou-se que o crescimento do número de mestrados e doutorados foi constante, mas deu-se de forma desigual, com maior concentração de cursos nas regiões Sudeste e Sul. Dados da CAPES revelam que em 2009 a região Sudeste sozinha concentrava mais 50% do total de cursos do país, seguida pela região Sul, com cerca de 20% (BRASIL, 2010).

Essa distribuição desigual, com algumas variações bem peculiares, manifesta-se também desigualmente em relação ao número de programas na área de educação, e esta diferença se acentua também nos escores alcançados pelos programas, segundo os critérios CAPES. Assim, do total de cursos com conceito igual ou superior a 5 em 2010, os programas da UFMG, da UERJ e da PUC-RJ eram os únicos com a nota máxima (7), estando os três concentrados na região Sudeste. Havia cinco programas de pós-graduação com a nota 6, distribuídos entre as regiões Sul e Sudeste: a UFF, a PUC-RS, a UNISINOS, a USP e a UFSCAR. Com a nota 5, encontramos 13 programas: UFES, UFG, UFU, UFPR, UFRJ, UFRN, UFRGS, UFPEL, UFSCAR, UNICAMP, UNESP/MAR, UNIMEP e PUC-SP. Neste grupo, a concentração dos programas entre as regiões Sul e Sudeste se mostra ainda bastante intensa, com duas honrosas exceções na presença de um programa da região Centro-Oeste (UFG) e um da região Nordeste (UFRN). Neste cenário percebe-se que, a despeito da existência de programas de pós-graduação em educação na grande maioria das capitais das unidades da federação brasileiras (à exceção dos estados Tocantins e Acre, ambos da região Norte), as avaliações que classificam tais programas têm revelado que as disparidades regionais também se manifestam nesta fronteira, e de forma aguda. Este cenário, como já assinalado acima, não é atual e vem sendo problematizado por alguns intelectuais há algum tempo, como revela o discurso

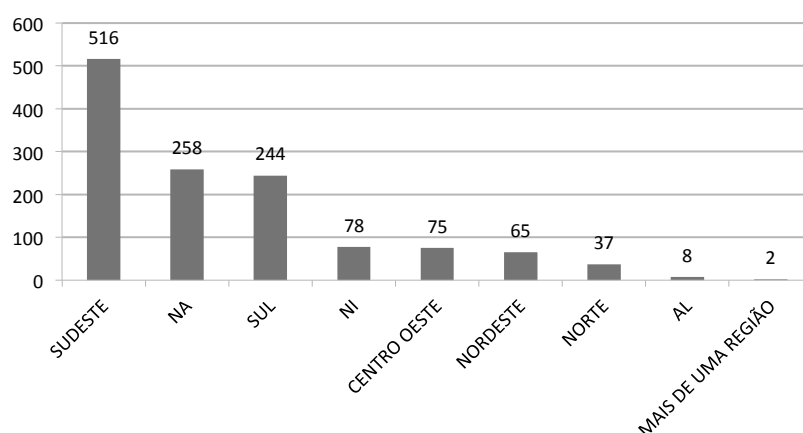
⁴ Na divulgação dos resultados parciais da pesquisa em anais de eventos, bem como no artigo “Pesquisa em política educacional no Brasil (2000-2010): uma análise de teses e dissertações” publicado na revista **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 369-393, jul./dez., 2014, foi informado o total de 1.305 trabalhos coletados pela pesquisa. Todavia, durante revisão final, observou-se que 5 trabalhos computados não haviam sido defendidos em programas de pós-graduação em educação, portanto, não atendiam aos critérios da pesquisa. Essa constatação levou a equipe a corrigir os dados mediante a exclusão dessas produções.

de posse da diretoria da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped), no ano de 2005, em que Ramalho já alertava:

Precisamos continuar lutando para corrigir as disparidades regionais! É inadmissível convivermos com situação como a da existência de apenas onze programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação na região Nordeste, dez na região Centro-Oeste e três na região Norte. Frente a estes dados, podemos falar em Federação? (RAMALHO, 2006, p. 185)

Ao questionamento trazido por Ramalho pode-se somar, ainda, a preocupação com os efeitos dessas disparidades quanto à produção de conhecimentos relativos aos cenários fora dos eixos regionais com maior concentração de programas de pós-graduação. Nessa linha, os dados sobre a distribuição dos programas segundo os conceitos na avaliação trienal de 2010 evidenciam outra dimensão das disparidades regionais, materializada na concentração de estudos sobre os espaços e as realidades educacionais das regiões Sul e Sudeste. Deste modo, observa-se que os resultados aqui apresentados sinalizam também para o oportuno investimento em análises sobre a produção acadêmica em programas e regiões fora dos eixos dominantes, como indica o Gráfico 01. Por outro lado, observa-se que há também alguns estudos que buscam explorar os cenários fora do território nacional, como indicado na penúltima coluna, que se reporta a estudos com ênfase na América Latina (AL). Note-se que um número expressivo de trabalhos não se enquadra nessa classificação, caindo na rubrica “não se aplica” (NA), além das produções que não informaram (NI) o dado utilizado para a categorização.

Gráfico 01 – Nº de trabalhos que relacionam o objeto de estudo à Região, unidade da federação e/ou município

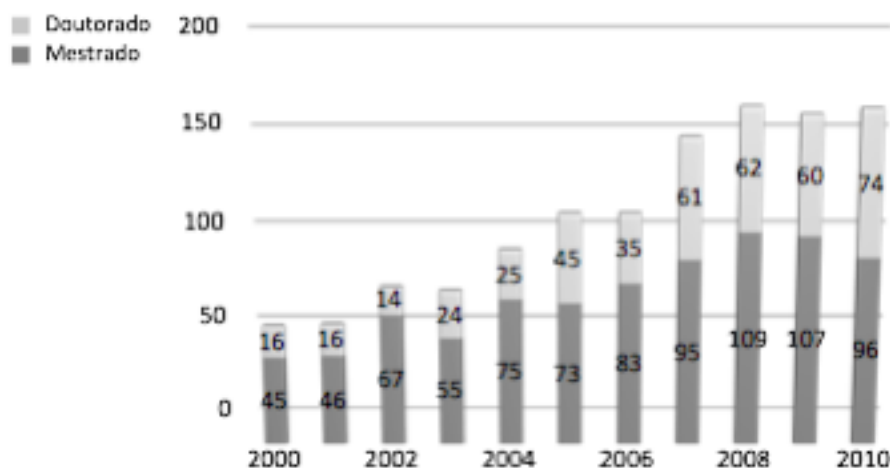


Fonte: Dados produzidos pela pesquisa a partir da base de dados da CAPES.

Não obstante, os dados da pesquisa revelam que a produção acadêmica no período 2000-2010 foi, com poucas exceções, crescente a cada ano, e os cursos de doutorado foram relativamente os que mais contribuíram para isso. Assim, no início da década o número de dissertações defendidas representava quase dois terços a mais das teses, enquanto em 2010 se percebe um equilíbrio maior entre esses números. Este movimento

pode ser observado mais intensamente a partir do ano de 2005, mas de forma não-linear, conforme indica o Gráfico 02.

Gráfico 02: Número de Trabalhos por Ano de defesa e natureza



Fonte: Dados produzidos pela pesquisa a partir da base de dados da CAPES.

Quanto aos repertórios temáticos que vêm mobilizando pesquisadores da área de políticas educacionais, observou-se que há forte concentração de estudos em torno de quatro eixos. Assim, no universo de 1.283 teses e dissertações, 354 trabalhos reportam-se a temas relacionados ao eixo 4 – Estado e Reformas educacionais. O segundo grupo de trabalho mais prolífico é o eixo 1 – Organização da educação – planejamento da educação, administração da educação, gestão da educação, com um total de 258 trabalhos. Ocupando o terceiro lugar, destacaram-se as produções relativas ao Eixo 5 – Políticas de Formação de professor, carreira docente, que contabilizou 204 trabalhos; o último grupo com maior incidência de produções foi o relativo ao Eixo 8 – Análise e avaliação de Programas e projetos no campo educacional, que totalizou 171 teses e dissertações.

Nota-se que há poucos trabalhos voltados para o estudo dos processos de constituição do campo das políticas, tendo sido identificados apenas 22 produções que de alguma forma se voltam para a análise de questões epistemológicas relativas à educação e/ou às políticas educacionais, indicando que as perguntas que deram origem à pesquisa permanecem à margem das preocupações dos pesquisadores em formação. Se por um lado isso indica que os desafios da constituição da área ainda figuram de forma residual entre os interesses/preocupações da maioria das produções, por outro lado informa o grande potencial de estudos futuros nessa direção.

Contribuições para o avanço do estado da arte em políticas educacionais

Como anuncia a própria pergunta central que orienta esta pesquisa, o objetivo central da investigação foi identificar e analisar as possíveis mudanças nas características da produção em políticas educacionais no período de 2000 a 2010, confrontando-a ao debate mais amplo sobre a produção em políticas públicas. Face a esse propósito, a pesquisa possibilitou a construção de um quadro empírico amplo, englobando 1.283 teses e dissertações produzidas na década de 2000, relacionadas com o campo de políticas educacionais, como já informado anteriormente. Trata-se de uma base empírica até então inédita, vez que produções anteriores não desenvolveram levantamento sistemático de dados em uma base tão ampla.

Nas décadas de 1990 e início de 2000, por exemplo, os estudos de Melo (1999), Souza (2006; 2003a; 2003b) e Arretche (2003) problematizaram as produções em políticas públicas, mas não apresentaram resultados empíricos acerca das mesmas. Esses autores contextualizaram os processos que têm envolvido a constituição da área, localizando-a como recente. Neste marco, sinalizaram como desafios para esta a superação de um quadro de produção horizontalizada e difusa. Arretche (2003), citando Melo (1999), assevera que o primeiro desafio a ser superado

Parece ser o da escassa acumulação do conhecimento na área. Na sua argumentação, Melo sustenta, com pertinência, que o que se busca não é uma acumulação linear do conhecimento, mas a construção de um programa normal de pesquisa, no sentido kuhniano, envolvendo a comunidade de pesquisadores. Pode-se acrescentar a isso que o diálogo entre pesquisadores da área, ou melhor, o conhecimento e o debate sobre o que os pesquisadores estão produzindo, ainda é escasso. No entanto, creio que esse é um dos problemas cuja solução mais tem avançado, com a constituição de fóruns específicos sobre políticas públicas em espaços acadêmicos como a Anpocs e a ABCP, assim como pelo advento da informatização de periódicos nacionais (via o portal *scielo*) e internacionais (via o portal de periódicos da Capes). (ARRETCHE, 2003, p. 16)

De fato, os autores tocaram em aspectos cruciais do processo de consolidação do campo, inclusive realçando possíveis estratégias de superação das dificuldades que estão em pleno processo de fortalecimento, a exemplo da nossa própria experiência, ainda que embrionária, de organização de uma rede de pesquisa e busca de dados em bases disponíveis graças ao advento da informatização, como o banco de teses da CAPES. Todavia, não lograram apresentar nessas produções dados empíricos que indicassem uma análise sistemática sobre “o que os pesquisadores estão produzindo”.

Ao problematizar a educação como política pública, Azevedo (1997) também apresentou uma análise mais epistemológica da área. Já Azevedo e Aguiar (2001a; 2001b) apresentaram elementos empíricos que permitiram uma compreensão dos cenários da produção de conhecimento em políticas educacionais na década de 1990, ambos, todavia, abrangendo produções de natureza diversa da trazida no presente estudo. Azevedo

e Aguiar (2001a) problematizaram a constituição do campo das políticas educacionais, tomando como objeto os trabalhos apresentados no GT 05 (Estado e políticas educacionais) da Anped, no período de 1993 a 2000. Nesse estudo, as autoras revelaram a existência de uma polarização em torno de dois subtemas que, juntos, compreendem mais de 50% dos trabalhos: “Crise e Reforma do Estado, Novos Padrões Tecnológicos, Neoliberalismo e a Política Educacional” e os “Estudos sobre Políticas e Programas Governamentais”, os quais “representam a subtemática que vem congregando a maior quantidade de trabalhos do período em enfoque” (AZEVEDO; AGUIAR, 2001a, p.61). Em suas conclusões, as autoras chamam a atenção para aspectos semelhantes aos sinalizados por Melo (1999), Souza (2006; 2003a; 2003b) e Arretche (2003), assinalando que

o que desejamos enfatizar é que a heterogeneidade da produção tende a impossibilitar uma acumulação de conhecimentos que venha a expressar a presença de “um programa de pesquisa”, a partir do qual a comunidade concernede, em estreita interação, possa desenvolver e aprimorar procedimentos teórico-metodológicos com maior grau de consistência e com melhor grau de delimitação. (AZEVEDO; AGUIAR, 2001a, p. 66)

Em “Políticas educacionais: concepções e programas”, as mesmas autoras trabalharam com uma amostra de 145 resumos, tomando como corpus dissertações e pesquisas de docentes produzidas no período de 1991-1997, concluindo, tal como no estudo anterior, que a produção revela-se pulverizada, sem o aprimoramento de procedimentos teórico-metodológicos e com um pequeno “grau de problematização da categoria Estado, essencial às análises das políticas de educação, como também do pouco uso de parâmetros peculiares aos estudos de avaliação de políticas sociais, malgrado a grande quantidade de estudos que se propõe a realizar avaliação de programas e projetos” (AZEVEDO; AGUIAR, 2001b, p. 87).

No final da década de 2000, Santos e Azevedo (2009) colocaram em pauta a trajetória da pós-graduação brasileira, visando “apontar o lugar dos estudos sobre política educacional no seio dos programas de pós-graduação” (p. 534). As autoras evidenciam a presença marcante de estudos em política educacional e trazem como principal dado empírico o crescente número de grupos de pesquisa em torno da temática, assim como o comparecimento unânime, entre os programas de pós-graduação da região Nordeste, de linhas de pesquisa relacionadas com a temática política, gestão e planejamento da educação. Em diálogo com outros estudos sobre a constituição do campo da educação e dos dilemas sobre a aplicação dos resultados das pesquisas, as autoras apontam para importantes reflexões em torno das lutas políticas que envolvem as pesquisas em políticas e as relações de poder nelas implicadas.

Outra avaliação mais recente também foi exposta por Martins (2011a) ao abordar “A pesquisa na área de política e gestão da educação básica: aspectos teóricos e metodológicos” em artigo que problematiza as tendências teórico-metodológicas que vêm influenciando a produção na área, especialmente os estudos em gestão. O trabalho se caracteriza como uma revisão mais atualizada da bibliografia em circulação e não tem

natureza empírica, diferentemente do Estado da Arte organizado pela mesma autora, com ênfase na gestão, autonomia escolar e órgãos colegiados (MARTINS, 2011b).

Souza (2014), por sua vez, apresenta uma análise dos trabalhos aprovados no GT 5 da Anped no período 2000-2011, portanto, explora uma base empírica numerosa, com um total de 2015 resumos, dentre os quais seleciona alguns para leitura de outras partes dos textos completos. Com essa base empírica, Souza (2014) volta a explorar um *corpus* já problematizado por outros pesquisadores, a exemplo de Azevedo e Aguiar (2001a), citadas anteriormente, bem como Silva, Jacomini e Scaff (2010), sem, contudo, dialogar com as produções anteriores, o que vai ao encontro do diagnóstico de Arretche (2003) da falta de diálogo entre pesquisadores da área, bem como o conhecimento mútuo do que estão produzindo.

Os exemplos acima mencionados não deixam dúvidas quanto ao interesse despertado pela temática das políticas públicas, entre as quais situamos as políticas educacionais, mobilizando grupos de pesquisas em todo o território nacional. No conjunto das produções mencionadas, porém, a pesquisa que ora apresentamos se distingue tanto pela natureza do objeto de estudo quanto pela abrangência dos dados⁵, algo que se revela central para a consubstanciação das análises que vêm perscrutando o processo de constituição da área, até então pouco vinculadas a dados empíricos.

Essa distinção ganha contornos ainda mais emblemáticos quando se observa a produção identificada nos programas de pós-graduação que se voltou para o estudo de categorias metodológicas e teóricas das investigações em educação, bem como do campo de políticas educacionais, dada a sua pouca presença entre os trabalhos selecionados, totalizando apenas 22 teses e dissertações, no universo das 1.283 produções. Este resultado, entre os demais já mencionados anteriormente, se lidos pelos programas de pós-graduação, indicam possibilidades de novos delineamentos da pesquisa em educação e chamam a pensar as lacunas que desafiam a área de educação e, especialmente, os estudos em políticas educacionais, inclusive na perspectiva de construção de agendas de pesquisas que dialoguem com o conhecimento já produzido, até mesmo quanto aos problemas educacionais em pauta e que envolvem a educação básica. Há que se refletir, por exemplo, sobre o predomínio de alguns interesses de estudo, uma vez que do universo de 1.283 teses e dissertações catalogadas, mais da metade estão concentrados em apenas quatro eixos temáticos, como indicado anteriormente.

Considerações finais

A pesquisa aqui apresentada de forma sintética possibilitou o mapeamento de fontes ainda não exploradas no meio acadêmico, assim como a sistematização de análises

⁵ O estudo de Santos e Azevedo (2009) embora guarde grande interface temática com a pesquisa que ora apresentamos não abrange uma análise de teses e dissertações, mas busca situar a evolução da pós-graduação brasileira, em especial da educação, destacando os processos de organização desses programas e a presença de linhas e grupos de pesquisa com tema em política educacional.

sobre a constituição da área de políticas educacionais, a natureza de sua produção e a sua contribuição para o aprofundamento das análises. Os achados vêm sendo divulgados por meio de comunicações em eventos e artigos, além da perspectiva de publicação de um livro com os resultados desse trabalho.

Os dados produzidos por meio desta pesquisa permitiram identificar as tendências dos estudos em políticas educacionais no período 2000-2010 e a sinalizar lacunas a serem sanadas pela área. Notou-se que trabalhos voltados para o estudo dos processos de constituição do campo das políticas estiveram longo de alcançar um lugar de destaque entre os interesses de pesquisa. Se por um lado isso indica que os desafios da constituição da área ainda figuram de forma residual entre os interesses/preocupações da maioria das produções, por outro lado, informa o grande potencial de estudos futuros nesta direção. Simultaneamente, observa-se o predomínio de alguns interesses temáticos e a pouca interação entre os mesmos, o que torna a produção mais vulnerável a investigações reiterativas e/ou desvinculadas das problematizações que apontam as lacunas para a consolidação do campo de políticas educacionais.

Apesar da grande concentração de trabalhos no eixo 4 (Estado e reformas educacionais), não foi observando um movimento de problematização do conceito de Estado, tendo prevalecido uma certa naturalização do mesmo em sua acepção *stricto sensu*, o que acaba por reiterar sua dimensão repressiva e secundarizar sua dimensão de espaço de disputa. Como viemos defendendo em outras produções, a concepção de Estado em Gramsci (2000) supõe a diferenciação entre o Estado em sentido estrito e o Estado em sentido amplo ou integral. Tal diferenciação não implica dois conceitos de Estado, mas dois momentos da articulação do campo estatal que abrange as funções de adaptar os sujeitos à vida social e educá-los moralmente. Os dados, no entanto, indicam a premência de avançarmos no debate desse conceito como parte importante do movimento de compreensão do próprio campo de políticas públicas.

Por fim, cabe ressaltar que um dos desdobramentos da pesquisa foi a articulação de uma rede de pesquisadoras, por meio do envolvimento de profissionais de instituições diversas, além de estudantes de graduação e de pós-graduação, fomentando a formação de novos quadros. Através dessa experiência testemunhamos a importância de trabalhos dessa natureza para o fortalecimento das produções em políticas educacionais, superando o isolamento do trabalho intelectual.

Referências

ARRETCHE, Marta . Dossiê Agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS: EDUSC, v. 18, n. 51, p. 7-9, fev. 2003.

- AZEVEDO, J. M. L. de; AGUIAR, M. A. da S. A produção do conhecimento sobre política educacional no Brasil: um olhar a partir da ANPED. **Educação & Sociedade**, Campinas, Ano XII, n. 77, dez. 2001(a).
- _____. Políticas de educação: concepções e programas. In: WITTMANN, Lauro C. & GRACINDO, Regina V. (coords.). **O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil (1991-1997)**. Brasília: ANPAE; Campinas, SP: Autores Associados, 2001(b).
- AZEVEDO, J. M. L. de **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.
- BRASIL . Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020**. Brasília, DF: CAPES, 2010 (vol. 1).
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Volume 3, Maquiavel: notas sobre o Estado e a política.
- MARTINS, A. M. A pesquisa na área de política e gestão da educação básica: aspectos teóricos e metodológicos. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 379-393, mai./ago. 2011(a).
- _____. (Org.) **Estado da arte: gestão, autonomia escolar e órgãos colegiados (2000/2008)**. Brasília: Liber Livro, 2011(b).
- MELO, M. A. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, S. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. 2. ed. São Paulo: Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999.
- RAMALHO, B. L. 40 anos da pós-graduação em educação no Brasil: produção do conhecimento, poderes e práticas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 183-185, jan./abr. 2006,.
- SANTOS, A. L. F. dos; AZEVEDO, J. M. L. de. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 42, p. 534-550, set./dez. 2009.
- SILVA, A. A.; JACOMINI, M. A. A pós-graduação e a pesquisa sobre/na educação básica: relações e proposições. **Educação e Pesquisa**: Revista da Faculdade de Educação da USP. ISSN 1517-9702 (no prelo).
- SILVA, A. A.; SCAFF, E. S.; JACOMINI, M. A. Políticas públicas e educação: o legado da Anped para a construção da área no período 2000-2009. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33., 2010, Caxambu. **Anais...** Caxambu – MG: Anped, 2010. p. 01-20.

SOUZA, Angelo R. A pesquisa em políticas educacionais no Brasil: de que estamos tratando? **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 355-367, jul./dez 2014.

SOUZA, Celina Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez, 2006.

_____. Introdução – Políticas públicas; questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**. Salvador: UFBa, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003(a).

_____. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: ANPOCS: EDUSC, v. 18, n. 51, p. 15-20, fev. 2003(b).

Recebido em: 23/09/2015

Aprovado em: 25/10/2015